

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## O ACESSO E A PERMANÊNCIA DE MULHERES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR:

desigualdades presentes no perfil da discente brasileira

Alyne da Silva e Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho intitulado “O Acesso e a Permanência de Mulheres na Educação Superior: desigualdades presentes no perfil da discente brasileira”, tem por objetivo evidenciar como dá-se o acesso e as condições de permanência de mulheres na Educação Superior, fazendo uma análise do perfil das discentes brasileiras. Para tanto, fez-se um diagnóstico dos aspectos gerais da Educação Superior da Mulher brasileira; respondemos o questionamento: Educação Superior para todas? Trazendo uma análise da Educação da Mulher sob uma perspectiva de raça e classe social. Para a execução deste estudo de viés quanti-qualitativo, foram realizados levantamentos de dados através de indicadores sociais e dados estatísticos, além de uma análise bibliográfica em artigos de revistas, livros e sites. Os resultados apontam que apesar das mulheres terem conseguido acessar a Educação Superior, ainda permanecem diferenças quando os indicadores e estatísticas são colocados sob o recorte de raça e classe social.

**Palavras-chave:** 1. Educação Superior 2. Mulheres 3. Desigualdades

### ABSTRACT

The present work entitled “The Access and the Permanence of Women in Higher Education: inequalities present in the profile of the Brazilian student”, aims to show how the access and conditions of permanence of women in Higher Education occur, making an analysis of the profile of Brazilian students. For this purpose, a diagnosis was made of the general aspects of Higher Education for Brazilian Women; answer the question: Higher Education for all? Bringing an analysis of Women's Education from a perspective of race and social class. For the execution of this quantitative and qualitative study, data were collected through social indicators and statistical data, in addition to a bibliographical analysis of magazine articles, books and websites. The results indicate that, although women have managed to access Higher Education, differences still remain when indicators and statistics are placed under the heading of race and social class.

**Keywords:** 1. College Education 2. Woman 3. Inequalities

<sup>1</sup> Universidade Federal do Maranhão- UFMA; Graduada em Serviço Social pela Faculdade do Maranhão- FACAM; Especialista em Metodologias do Ensino Superior (CEMES) pela UFMA; Pós-Graduada no Programa de Pós Graduação em Educação- Mestrado em Educação pela UFMA; 03silvaalyne@gmail.com.

APOIO





## 1 INTRODUÇÃO

A formação da educação da mulher no Brasil dá-se de forma desigual e excludente, baseada na moral e bons costumes, pautada no cuidados dos filhos e afazeres domésticos e no ensino religioso, preconiza Ribeiro (2000). Rosemberg (2013) afirma que entre a Colônia e República, poucas foram as mudanças em relação a educação das mulheres. No que se refere a educação superior, foi somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB em 1971 que se atribuiu equivalência entre os cursos secundário entre homens e mulheres, o que possibilitou as mulheres o acesso ao curso superior. Entre a década de 1970 até 2000, as mulheres foram lutando ainda mais e conquistando seu direito a educação. Na década de 1970 lutaram contra a repressão da Ditadura Militar e começaram a discutir as temáticas das relações de Gênero nas Universidades. Em meados de 1980 estas vão ter contato com as vertentes militante e acadêmica de feminismo, o que resultou com a institucionalização deste. E no governo Lula (2003) há um salto na questão de gênero e do ponto de vista educacional, com criação da Secretaria de promoção de Políticas para as Mulheres (SPM), responsável junto ao movimento feminista pela formação dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres durante duas conferências nacionais (2004 e 2007) e a gênese no Ministério da Educação (MEC), da Secretária da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) que tinha por finalidade introduzir em diferentes instâncias políticas de identidade por meio da “valorização da diversidade brasileira”. (ROSEMBERG, 2013)

Através de muita peleja ao longo dos anos a Educação de Mulheres tem crescido no país, as mulheres já são as mais escolarizadas no Brasil. De acordo com os Indicadores Sociais de Gênero do IBGE (2021) com dados da PNAD 2019, mostram que entre a população de 25 anos ou mais, 19% das mulheres possuem nível superior, em razão de 15,1% dos homens. Contudo, apesar das mulheres possuírem maior nível de ensino que os homens, não são todas as mulheres que possuem as mesmas possibilidades de acesso e permanência, as estatísticas revelam que as mulheres possuem desigualdades entre si, sobretudo sob recorte de raça e classe social. As mulheres negras por exemplo, no ano de 2019, as que possuíam entre 18 e 24 anos tinham uma percentagem ajustada de frequência líquida ao ensino

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

superior de 22,3% e as mulheres brancas 40,9%, sendo a taxa das mulheres negras quase 50% menor que de mulheres brancas e também quase 30% menor que de homens brancos, que são de 30,5%. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é evidenciar como dá-se o acesso e as condições de permanência de mulheres na Educação Superior, fazendo uma análise do perfil das discentes brasileiras, ou seja, quem é a mulher que frequenta as universidades e faculdade do Brasil. Sendo esse trabalho relevante para compreendermos que apesar da crescente no que tange ao acesso da mulher na educação Superior, estas ainda possuem desigualdades referente as condições de permanências pelo processo histórico nas quais estão inseridas e pelos rumos que as dinâmicas da sociedade contemporânea estão tomando.

Esse estudo foi feito sob o caráter exclusivamente bibliográfico, de viés quantitativo, os levantamentos dos dados foram feitos pelos Indicadores Sociais e de Gênero trazidos pelo IBGE (2021) através da Pesquisa Nacional de Amostra à Domicílio -PNAD (2019) e pelo Censo da Educação Superior (2020), as análises foram evidenciadas por estudos de revistas, como os estudos de Rebeca Contrera Ávila e Écio Antônio Portes (2012) na Universidade Estadual de Campinas e por João Bôsco Góis (2008), na Universidade Federal de Fluminense- UFF, artigos acadêmicos e livros.

Essa pesquisa está dividida em quatro momentos: a priori, esta introdução trazendo um breve contextualização do tema e da organização do trabalho; o segundo momento onde falaremos alguns aspectos gerais da Educação Superior da Mulher Brasileira; O terceiro momento em que responderemos o questionamento: Educação Superior para todas? Trazendo um análise da educação das mulheres sob uma perspectiva de raça e classe social; e por fim, as considerações finais, na qual “amarraremos” os desfechos tomados ao longo dessa pesquisa.

## 2 ASPECTOS GERAIS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DA MULHER BRASILEIRA

Para compreendermos como dá-se o acesso e a permanência de mulheres na Educação Superior, precisamos nos ater para aspectos gerais correspondentes a Educação Superior dessas mulheres. Nesse viés, o Censo da Educação Superior (2020) diz que quando se trata do “perfil” do discente da Educação Superior, o sexo

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

feminino predomina no número de matrículas tanto na modalidade presencial quanto à distância, a maioria na modalidade presencial opta pelo turno noturno e em cursos de bacharelado, enquanto na EaD predominam as licenciaturas. A exemplo, em 2020, 63% das matrículas dos cursos de licenciatura estão nas universidades, destes 72,8% dos alunos matriculados são mulheres e somente 27,2% são homens. (BRASIL, 2022)

Nos indicadores sobre a Educação Superior da mulher levantados pelas estatísticas de gênero do IBGE (2021) através da PNAD (2019) mostram que entre a população de 25 anos ou mais, 19,4% das mulheres possuem o ensino superior completo e os homens com ensino superior são cerca de 15,1%. Contudo, as estatísticas revelam que esse salto na educação das mulheres foi conquistado através dos anos. A desagregação do Nível de Instrução por faixa etária revela que na população de 65 anos ou mais as mulheres possuíam menor nível de instrução que os homens, sendo 10,8% dos homens com nível de educação superior em detrimento de 9,5% das mulheres com nível superior completo. (IBGE, 2021)

Ao longo do tempo a mulher vai conquistando o acesso à educação, o que pode ser visto nas demais faixas etárias. Na faixa etária de 55 a 64 anos, 15,5% das mulheres tinham ensino superior completo e os homens 13,0%. No grupo de 45 a 54 anos, 19,4% possuem o ensino superior completo, contra 13,8% de homens. No grupo de 35 a 44 anos, as que possuem o ensino superior são 24,4% em detrimento de 17,3% de homens. A pesquisa da PNAD revela que nas faixas etárias mais jovens esse percentual é evidente, no grupo de 25 a 34 anos por exemplo, 25,1% das mulheres concluíram o ensino superior, em relação a 18,3% dos homens, tendo uma diferença de 6,8 pontos percentuais. As mulheres ainda possuem melhores índices na Taxa ajustada de frequência escolar líquida (que leva em conta apenas ao nível de ensino adequado à faixa etária ou a conclusão da etapa). No ensino superior as mulheres possuem uma taxa ajustada de frequência escolar líquida de 29,7% e os homens de 21,5%, em 2019 uma mulher de 19 a 24 anos tinha cerca de 38% mais chance de estar frequentando ou já ter concluído o ensino superior do que um homem da mesma faixa etária. Contudo, apesar das mulheres possuírem maior nível de escolaridade, o acesso à educação se dá de forma diferenciada entre elas. No ano de 2019 as

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

mulheres pretas ou pardas entre 18 e 24 anos exibiram uma percentagem ajustada de frequência líquida ao ensino superior de 22,3%, enquanto mulheres brancas 40,9%, a taxa de mulheres pretas ou pardas quase 50% menor que de mulheres brancas e também quase 30% menor que a taxa verificada entre homens brancos, que são de 30,5%. A menor taxa ajustada escolar líquida está entre homens pretos ou pardos, 15,7%. (IBGE, 2021)

O IBGE (2021) também traz o dado do Censo de Educação Superior de 2019 onde afirma que apesar das mulheres possuírem maior acesso que os homens na Educação Superior de forma geral, estas enfrentam algumas dificuldades em determinadas áreas da educação, como por exemplo, nas áreas relacionadas a exatas e na esfera de produção. Segundo o Censo da Educação Superior de 2019 as mulheres possuem somente 13,3% das matrículas na modalidade presencial nos cursos de graduação na área de Computação e Tecnologias da Informação e Comunicação e 21,6% na área de Engenharia e áreas relacionadas. Nas áreas pertinentes ao Bem-estar, como no caso de Serviço Social por exemplo, as matrículas femininas em 2019 somavam 88,3%. Em áreas tradicionais, como direito e medicina, as mulheres possuem mais matrículas, apesar dos percentuais terem poucas diferenças, 55,2% e 59,7% respectivamente. Através dos dados recentes do Censo da Educação Superior de 2019 e do IBGE, pudemos observar que apesar do acesso majoritário da mulher no Ensino Superior, esta ainda tem que lidar com demandas estruturais que assolam as questões de gênero, a saber como determinados espaços do conhecimento, profissões etc., estão associados aos papéis de gênero. (IBGE, 2021)

### 3 EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA TODAS? UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO DAS MULHERES SOB UMA PERSPECTIVA DE RAÇA E CLASSE

Para entendermos como que mesmo com a mulher tendo atualmente maior acesso e também melhores taxas de conclusão no Ensino Superior ainda se faz relevante estudarmos as questões de gênero que norteiam a educação brasileira, temos que olhar para a história para compreender como esses sujeitos foram se constituindo, entendendo que não se trata somente “da mulher”, mas de mulheres plurais, que são diferenciadas pela cor/raça e as condições econômicas, que como já

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

vimos nas estatísticas possuem condições de acesso e permanência diferentes entre si, assim como na sociedade em geral. Para tal compreensão à respeito das disparidades de gênero, Saffioti (1987) diz que o conceito de gênero é intermediado pelas representações do masculino e feminino, a imagem que é socialmente construída a respeito dessas categorias, sendo assim, as determinações de gênero estão vinculadas ao sexo biológico, às práticas sociais das mulheres podem ser diferentes das dos homens, mas isso não quer dizer que essas dessemelhanças estão na mesmo páreo, pois, historicamente estes possuem experiências muito diferentes, já que há estruturas sociais que colocam as mulheres como um grupo que sofre desigualdades e marginalização ao longo do tempo. A autora destaca que a identidade social da mulher e do homem é formada baseada nos diferentes papéis que a sociedade estabelece para diferentes categorias de sexo. Sendo assim, em decorrências desses papéis ao longo da história homens e mulheres ocuparam posições diferentes na sociedade brasileira. Por muitas vezes os papéis estabelecidos para o sexo feminino não possuem prestígio social e colocam as mulheres numa condição de desigualdade que se agravam ainda mais quando relacionadas as disparidades de raça e classe social, tais desigualdades imbricarão nas condições de vida, educação, trabalho e bem estar destas, sobretudo nas de mulheres negras e pobres. (SAFFIOTI, 1987)

Mesmo nas classes dominantes em que as mulheres são menos cobradas de exercerem a criação dos filhos e dos trabalhos do lar, esse serviço é terceirizado e prestado por outras mulheres, como babás e serviçais. A questão é que há uma naturalização desses processos às mulheres, as crenças na mulher como “edificadora do lar” ou “instinto materno” reforçam essa narrativa, tornando-se evidente a atribuição, por parte da sociedade, do espaço doméstico à mulher. Assim como a dominação do homem à mulher o que caracteriza o patriarcado, que é um sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem. Para tanto, o patriarcado não é o único sistema que vai determinar as desigualdades sofridas pelas mulheres, mas as questões de classe e cor/raça são determinantes para as demandas que norteiam as problemáticas de gênero. Uma vez que as mulheres de forma geral possuem índices superiores aos homens quanto ao acesso à Educação Superior,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



cabe fazermos uma análise nessas categorias, a fim de entendermos quem são as mulheres que tem acesso a graduação e conseguem concluir o ensino, e quem são as mulheres que não gozam dos mesmos direitos. Safiotti (1987) enfatiza que desde que se instituiu a propriedade privada existe uma parte da população minoritária que detém os meios de produção, esta é custeada pela força de muitos trabalhadores que vendem sua força de trabalho. Desse modo, se percebeu na sociedade a sua divisão em classes sociais. A divisão da sociedade em classes vai ser predominante dentro do sistema capitalista, onde as mulheres vivem inúmeras precarizações. (SAFFIOTTI, 1987)

Os indicadores do IBGE (2021) demonstram desigualdades de gênero que são desafios para determinadas mulheres, por exemplo, de forma geral os homens tem maior taxa de participação na força de trabalho 73,7% em detrimento de 54,5% das mulheres. E quando analisado o perfil das mulheres essas diferenças se acentuam mais, tal como, mulheres sem crianças possuem a taxa de participação na força de trabalho de 67,2% e com crianças 54,6%. As mulheres (acima de 14 anos) também são as que mais se dedicam aos afazeres domésticos, sendo 21,4 horas semanais contra 11,0 horas de homens da mesma faixa etária. Ou seja, não basta o indicador econômico para avistar as desigualdades de gênero sofridas pelas mulheres no Brasil, estas possuem desigualdades singulares que afetam principalmente mulheres pretas e pobres, afunilando ainda mais, mães e chefes de família. Uma pesquisa feita por Rebeca Contrera Ávila da Universidade Estadual de Campinas e Écio Antônio Portes (2012) com 15 estudantes de camadas sociais mais populares e com reduzido capital monetário, cultural e escolar da família da qual as estudantes pertencem, mostra quais as dificuldades em várias áreas enfrentadas por essas estudantes, principalmente pelas dupla ou até tripla jornada enfrentada por elas, decorrentes das estatísticas na quais já citamos. Os autores atendem que a trajetória escolar vivenciadas pelas alunas precisam ser compreendidas a partir das suas experiências de vida e dos seus ancestrais. (ÁVILA; PORTES, 2012)

Os autores constataram algumas características em comum entre as entrevistadas, se tratando de escolarização, a geração das avós e avôs das estudantes tiveram pouco acesso à educação formal, ou eram na maioria analfabetos,

PROMOÇÃO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

os pais também tinham o nível de escolarização baixa, ou seja, a geração dos pais e avós procedentes dessas camadas mais populares deixaram quase nenhuma herança para a geração até então investigada em termos de capital escolar. Quanto à ocupação profissional, a maioria dos pais destas atuam no setor informal, das 15 entrevistadas somente 3 afirmaram que apesar da vida simples e econômica não precisaram sofrer grandes privações econômicas, como falta de comida e roupa. Ávila e Portes (2012) afirmam que momentos agravantes podem desencadear condições materiais de precariedade e instabilizar a economia doméstica. Os autores preconizam que a ruptura com relação a uma economia estável podem interferir na trajetória escolar de crianças e adolescentes e gerar fluxos escolares irregulares de reprovações e interrupções nos estudos. Na pesquisa a maioria das universitárias tiveram seus percursos escolares atravessados de interrupções, reprovações e/ou entrada tardia na universidade, somente uma minoria possuía fluxos lineares. Outra questão que não é uma novidade é a jornada tripla de trabalho, já que muitas terminam seus estudos tendo que conciliar as funções de donas de casa, trabalho e estudo e algumas finalizaram o ensino médio e encerraram seus estudos, despertando anos depois a inserção no Ensino Superior. (ÁVILA; PORTES, 2012)

Ávila e Portes (2012) preconizam que a tríplice jornada vivenciada por essas mulheres são cheias de percalços, a rotina diária é um corre-corre agitado para dá conta de toda demanda de trabalho. Se torna difícil definir limites para diferentes tempos/espacos. O que gera estresse ansiedade e pressão constante afetando emocionalmente essas mulheres. Uma rotina de trabalho desgastante que não sobra tempo “livre” para lazer, uma estudante afirma não ter mais tempo livre, que todo o tempo que lhe resta é utilizado para dá conta de todo o montante de trabalho doméstico ou escolar, planejar e manusear o tempo é uma das mais importantes estratégias para conciliar as diferentes jornadas de trabalho enfrentadas por essas mulheres. Portanto, é nítido perceber como a questão econômica interfere nas condições de acesso e permanência da mulher no ensino superior e futuramente em outros espacos e posições sociais. Compreendendo que diferentes problemáticas e estatísticas vão interferir na vida das mulheres, sobretudo das mulheres pobres e negras, nos ater a essas questões são fundamentais para fortalecer uma política de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Educação Superior que abrange todas as mulheres. (ÁVILA; PORTES, 2012)

Não obstante, a condição das mulheres pretas e pardas no acesso e permanência do ensino superior também se faz de algumas particularidades. Saffioti (1987) enfatiza que a mulher negra vai ocupar a última posição no ranking das desigualdades, pois esta é discriminada tanto quanto mulher quanto como negra. Cabendo-lhe o papel dos “serviços” como no caso dos trabalhos domésticos, como também a objetificação sexual, construída através do mito da mulher negra sensual, reduzindo a mulher negra ao papel de satisfazer sexualmente o homem branco. Visto as consequências da sociedade escravocrata que perdurou por séculos e do racismo vividos no Brasil, as mulheres não competem apenas com homens no mercado de trabalho, na educação e na aquisição dos seus direitos, mas possuem estatísticas inferiores as próprias mulheres brancas. No que tange as condições econômicas por exemplo, segundo o IBGE (2021) as taxas de pobreza pouco se diferenciaram entre homens e mulheres, mas quando esses dados são correlacionados do ponto de vista de cor/raça as estatísticas exemplificam as desigualdades, mulheres pretas ou pardas somam a população mais pobre, sendo 31% de mulheres pobres e 7,5% extremamente pobres no Brasil. No que se refere a taxa de ocupação das mulheres no mercado de trabalho, as mulheres pretas ou pardas com crianças de até 3 anos de idade no domicílio vão ser as que apresentam os menores índices de ocupação no mercado de trabalho, menos de 50% em 2019 enquanto as mulheres brancas somam 62,6%. As que não possuem filhos nessa faixa etária, são 63,0% e 72,8% respectivamente. (IBGE, 2021)

Os dados referentes a dedicação ao trabalho doméstico mostram que as mulheres pretas ou pardas em 2019 eram as que estavam mais envolvidas nessas tarefas, com registro de 22,0 horas semanais, ante 20,7 horas semanais das mulheres brancas. Além dessas mulheres estarem mais envolvidas no ambiente doméstico, ou seja, na esfera privada, estas quando estão na esfera pública, como no mercado de trabalho, possuem emprego relacionadas ao ambiente doméstico. Em 2019 14% das ocupadas no Brasil estavam em trabalho doméstico remunerado, sendo que 18% eram negras e 10% eram brancas, constituindo o trabalho doméstico em 2019 a terceira categoria que mais emprega mulheres no Brasil, sobretudo mulheres pretas

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

ou pardas, um espaço menos remunerado e de menor prestígio social. (IBGE, 2021)

Ao se tratar das mulheres pretas ou pardas na Educação Superior, estas não possuem um espaço solidificado nesse nível de ensino, nas estatísticas estas estão apenas a frentes de homens pretos ou pardos, que são os que menos frequentam o ensino superior, sendo apenas 15,7%. Como já vimos, em 2019 as mulheres pretas ou pardas de 18 a 24 anos apresentam uma taxa ajustada de frequência no ensino superior quase 50% menor que as mulheres brancas e quase 30% menores que os homens, segundo o IBGE (2021). Tornando evidente que apesar das políticas afirmativas, como de cotas raciais, estas mulheres ainda não têm pleno acesso a esse nível de ensino. Um estudo feito por Góis (2008), na Universidade Federal de Fluminense- UFF, traz uma análise de como negras e brancas possuem trajetórias diferentes na Universidade. E se tratando do curso em que estão, a presença das mulheres negras da UFF os dados obtidos mostram que é pequena e residual a presença dessas mulheres em cursos que têm mais prestígio social (sejam esses os que possuem melhores salários, condição de trabalho e maior concorrência nos vestibulares), como Medicina, Direito e Engenharias. No curso de Medicina somam 60,84% das matrículas, destas, somente 1,53% são pretas e 16,86% pardas, contra 76,25% de brancas. No curso de Direito, tem a presença de 77,52% de mulheres, sendo apenas, 16,06% pardas e 3,21% pretas. Quando se trata das engenharias, a presença das mulheres não é majoritária, 75,19% são homens contra 24,81% de mulheres, desta baixa porcentagem relacionada às mulheres, somente 17, 41% são pardas e 2,40% são pretas enquanto 80,19% são brancas. (GÓIS, 2008)

Outra análise importante a se fazer é em quais cursos as mulheres pardas e pretas estão inseridas. Gois (2008) diz que, o caminho delas vão ao encontro com outras carreiras consideradas secundárias no cenário universitário e algumas profissões permeadas de algumas especificidades, como por exemplo, a formação de profissionais que muitas vezes estão no lugar de subordinação, tal como, enfermeiras, fisioterapeutas e assistentes sociais em ambientes hospitalares. Essas profissões são permeadas de questionamentos até sobre a necessidade da sua própria existência por falta de conhecimento das suas competências técnicas, exemplificando, as assistentes sociais que são conhecidas por “a moça boazinha que o governo paga

PROMOÇÃO



APOIO



para ter pena dos pobres”. Além disso, outra característica marcante dessas profissões é a marca do “cuidar”. Outrossim, essas carreiras consideradas secundárias são as que possuem menor nota de corte na UFF e são para estas que mulheres pretas e pardas se direcionam majoritariamente, sendo estas bem representadas em pedagogia (36,00% e 9,18% respectivamente) e serviço social (36,24% e 11,70% respectivamente). (GÓIS, 2008)

É válido ressaltar outros elementos trazidos pela pesquisa de Góis (2008) na UFF são alguns modeladores socioeconômicos. Quando relacionados aos tipos de escolas que estas mulheres frequentavam, e colocada a variável da raça, os números mostram diferenças, sendo que 70,79% das mulheres brancas tiveram o privilégio de cursarem o ensino privado nos níveis fundamental e médio, enquanto as mulheres pardas e pretas o total de 56,60% e 48,94% frequentaram escolas particulares. Ademais, outro modelador socioeconômico que se faz presente em relação as mulheres pretas e pardas é a questão da renda familiar. Sendo assim, quanto a distribuição das alunas por cor/raça pode-se notar que entre aquelas que tem a renda de um salário mínimo 0,54 eram brancas, 1,39% eram pardas e 3,21% eram pretas e o que tange nas margens de renda familiar mais alta, as estudantes que possuíam renda familiar maior que 12.000,00 eram 1,82% brancas, 0,93% pardas e 0% negras. O que demonstra maior incidência das mulheres negras nas menores rendas familiares, e menos incidências dessas nas famílias de maior renda. (GÓIS, 2008)

Além disso, outro dado relevante trata-se da trajetória escolar das famílias dessas mulheres. Primeiramente, essas alunas possuem pais mais escolarizados que mães, demonstrando que a geração de mulheres anteriores a elas tiveram menos acesso ao nível superior. 52,74% dos pais de todas as alunas brancas tem educação superior completa, em detrimento de 34,15% e 24,72% dos pais de pardas e pretas respectivamente na UFF. Quanto as mães dessas alunas, 40,12 % das alunas brancas possuem mães com curso superior completo, enquanto somente 25,18% das pardas e 18,18% das pretas possuem mães com esse nível de educação. Tais dados evidenciam que as mulheres pardas e pretas possuem pais menos escolarizados que as alunas brancas, o que mostram que estas possuem menor herança educacional e capital cultural para acessarem e permanecerem na educação superior. (GÓIS, 2008)

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Por fim, é válido trazer como se dá a permanência das mulheres pardas e pretas, segundo Góis (2008), mesmo em universidade federal, como no caso da UFF, em que as alunas não tem que suprir as demandas das mensalidades, porém as alunas possuem despesas como transporte, alimentação e material didático. Em alguns cursos que têm maior carga horária como medicina e engenharias, as despesas são ainda maiores. O que favorece uma alta taxa de evasão, dados da época evidenciavam uma taxa de 45%. As dificuldades da permanência no ensino superior atinge as mulheres pardas e pretas principalmente por estas possuírem menores condições de renda familiar e maiores despesas envolvidas nas suas vidas acadêmicas. Para tanto, uma estratégia adotada por tais alunas é a conciliação do trabalho e o estudo, muitas vezes já adotada em outros níveis de ensino por essas alunas e dentre as estatísticas as diferenças raciais estão presentes, uma vez que 36,44% das pardas e 33,94% das pretas estão inseridas em atividades de trabalho, em razão de 28,38% das mulheres brancas. Góis (2008) destaca que outra estratégia adotada de permanência na universidade é estudar pelo turno da noite, pois também possibilita estudar e trabalhar, também é evidente a maior presença das mulheres negras, 34,30% de pretas e 28,99% de pardas, contra 21,94% de brancas. De forma contrária, as mulheres brancas são as que mais estudam em tempo integral, 42,16% em razão de 34,16% das pardas e 33,57% das pretas, o que possibilita também pensarmos sobre a maior presença das mulheres brancas em cursos como Medicina e Odontologia, por exemplo. Tais cursos exigem maior presença das alunas nas universidades. (GÓIS, 2008)

Góis (2008) também coloca como uma estratégia de permanência na educação superior as bolsas de estudos oferecidas pela UFF, são estas, Bolsa de Iniciação Científica, Bolsa de Monitoria, Bolsa de extensão, Bolsa de Treinamento. Dito isso, a pesquisa revela que as mulheres possuem vantagens sobre os homens na aquisição de bolsas, sendo 55,55% contra 44,28%. Contudo, quando entra o fator raça as mulheres negras estão em desvantagem, das 1.054 bolsas adquiridas pelas alunas durante a pesquisa, as alunas brancas possuíam 60,53% contra 25,81% das pardas e 4,69% das pretas. O autor levanta hipóteses de alguns fatores que podem contribuir com essas discrepâncias. A primeira hipótese é levantada pelo autor é a presença de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



racismo nos processos seletivos, embora em tese os processos não devam ser levados critérios de cor/raça, o autor destaca que estes são permeados de critérios subjetivos, como na realização de entrevistas nos quais há preconceito racial, percepções relativas a baixa capacidade das pardas e negras. Em contrapartida, as desvantagens das alunas negras podem ser relacionadas as suas próprias trajetórias intelectuais, pois em razão das desigualdades sofridas durante a sua vida escolar, estas chegam mais despreparadas no seletivo, que podem conter variações em diferentes áreas do conhecimento e exigências de habilidades culturais (domínio de língua estrangeira, manuseio de tecnologias, expressão escrita e etc.) das quais as alunas negras tiveram menos acesso durante a vida, seja pela sua trajetória escolar, seja pelo capital cultural oferecido pelos pais. (GÓIS, 2008)

É nítido percebermos que por mais que as mulheres sejam as que mais frequentam, permanecem e concluem a educação superior, as desigualdades se dão através das suas histórias de vidas, assim como problemáticas que assolam a sociedade, como as desigualdades de classes e raciais. Compreender que tais desigualdades existem, é compreender qual é a mulher que possui acesso e permanência na educação superior, certamente o “perfil” dessa mulher não é democrático.

## 4 CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados, pudemos perceber que apesar da ascensão da mulher no nível de Educação Superior, não são todas as mulheres que estão acessando essa modalidade de ensino e as condições de permanência destas também não se dão de forma equitativa. Através dos dados levantados por indicadores sociais e de gênero, bem como estatísticas a respeito da Educação Superior, pudemos contatar qual é o perfil da discente da Educação Superior no Brasil, que certamente não é um perfil democrático, uma vez que mulheres negras tem menor condição de adentrar a Educação Superior em relação a mulheres e homens brancos, assim como, as mulheres advindas de classes populares possuem várias dificuldades de permanência na universidade, sendo assim, o perfil da discente brasileira é a mulher branca de condição econômica favorável.

Apreendemos através das análises de diferentes autores, que estas questões

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

estão postas de forma estrutural, desde a formação sócio histórica e econômica no Brasil, e que se aprofundam demasiadamente pelas problemáticas das relações de gênero e racismo no contexto da sociedade de classes. Nesse sentido, esse trabalho cumpre o objetivo proposto de evidenciar como dá-se o acesso e as condições de permanência de mulheres na Educação Superior, fazendo uma análise do perfil das discentes brasileiras, ou seja, sinalizando quem é a mulher que frequenta as universidades do Brasil.

Esse trabalho se faz de grande valia para o encaminhamentos de programas e políticas de equidade de gênero voltadas para interseccionalidade de mulheres negras e pobres, principalmente, dentro das Universidades e Faculdades do Brasil. Assim como, os dados apresentados servem para discentes e pesquisadores refletirem sobre uma educação justa, lutando para que o perfil da discente da Educação Superior seja diverso e contribuindo para que as desigualdades de gênero, racial e de classe sejam superadas.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, Rebeca Contrera; PORTES, Écio Antônio. A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 384, n. 203, p. 809-832, set. 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2020: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2022.

GÓIS, João Bôsco. Quando a raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no Ensino Superior. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 424, n. 163, p. 743-768, set. 2008.

IBGE. **Estatísticas de Gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Brasília: Brasil, 2021.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira *et al.* **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autentica, 2000. p. 79-94.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das Mulher no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 162-174.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

PROMOÇÃO



APOIO